

## Artigo Científico

# TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2012-2023

**João de Souza Gonçalves<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Faculdade Unida de São Paulo (FAUSP), São Paulo – SP / Brasil

## Resumo

O principal objetivo do artigo foi caracterizar o trabalho informal no Brasil durante o período 2012-2023. O artigo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, incluindo a descrição e análise quantitativa dos dados para a série histórica. Em relação ao quesito gênero, a maior parte dos trabalhadores informais era constituída de homens; em relação à raça ou cor, de pretos ou pardos, sendo que as mulheres e os homens ambos de raça preta ou parda representaram cerca de 2/3 do total. Entre 2012 e 2023 em relação ao total dos informais, houve, por um lado, uma tendência de aumento da participação dos trabalhadores de raça preta e das mulheres, por outro lado, a parcela dos de raça branca e parda e dos homens diminuiu. Em relação à faixa etária, decresceu a parcela relativa dos mais jovens e cresceu a dos trabalhadores com idade mais avançada. Em relação ao grau de instrução, ocorreu uma redução da parcela dos informais com baixa escolaridade e ampliação da participação dos mais escolarizados. No quesito atividade econômica, houve queda da participação dos informais nos setores agropecuária e indústria e alta nas atividades de prestação de serviços. Em relação à posição na ocupação, reduziu a participação do trabalhador auxiliar e do trabalhador doméstico e cresceu a dos empregados e dos conta própria.

**Palavras-chave:** Informalidade. Gênero. Raça. Grau de instrução. Grupos de idade.

## Informal work in Brazil: an analysis of the period 2012-2023

The main objective of the article was to characterize informal work in Brazil during the period 2012-2023. The article is classified as a bibliographic research, including the description and quantitative analysis of data for the historical series. In terms of gender, most informal workers were men; in terms of race or color, they were black or brown, with women and men of black or brown race representing about two-thirds of the total. Between 2012 and 2023, in relation to the total number of informal workers, there was, on the one hand, a tendency for the participation of black workers and women to increase, while on the other hand, the proportion of white and brown workers and men decreased. In terms of age group, the relative proportion of younger workers decreased, while that of older workers increased. In terms of education level, there was a reduction in the share of informal workers with low levels of education and an increase in the share of those with higher levels of education. In terms of economic activity, there was a decline in the share of informal workers in agriculture and industry and an increase in service activities. In terms of occupational status, the share of auxiliary workers and domestic workers declined, while the share of employees and self-employed workers increased.

**Keywords:** Informality. Gender. Race. Level of education. Age groups.

## Trabajo informal en Brasil: un análisis del período 2012-2023

El objetivo principal del artículo fue caracterizar el trabajo informal en Brasil durante el período 2012-2023. El artículo se clasifica como una investigación bibliográfica, que incluye la descripción y el análisis cuantitativo de los datos para la serie histórica. En cuanto al género, la mayor parte de los trabajadores informales eran hombres; en cuanto a la raza o el color, eran negros o pardos, y las mujeres y los hombres de raza negra o parda representaban alrededor de dos tercios del total. Entre 2012 y 2023, en relación con el total de trabajadores informales, se observó, por un lado, una tendencia al aumento de la participación de los trabajadores de raza negra y de las mujeres y, por otro lado, una disminución de la proporción de trabajadores de raza blanca y parda y de hombres. En cuanto al grupo de edad, disminuyó la proporción relativa de los más jóvenes y aumentó la de los trabajadores de más edad. En cuanto al nivel de instrucción, se produjo una reducción de la proporción de trabajadores informales con bajo nivel de escolaridad y un aumento de la participación de los más escolarizados. En cuanto a la actividad económica, se produjo una caída de la participación de los trabajadores informales en los sectores agrícola y industrial y un aumento en las actividades de prestación de servicios. En cuanto a la posición en la ocupación, se redujo la participación de los trabajadores auxiliares y domésticos y aumentó la de los empleados y los autónomos.

**Palabras clave:** Informalidad. Género. Raza. Nivel de instrucción. Grupos de edad.

**DOI:** <https://doi.org/10.5281/zenodo.19094273>

**ISSN:** 2359-6252

**Editor-chefe:** Vinicius de Souza Moreira

**Editora-adjunta:** Letícia Lima Milani Rodrigues

Artigo submetido em 05 de fevereiro de 2026 e aceito para publicação em 10 de março de 2026



## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o capitalismo tem passado por uma reestruturação produtiva com a profusão de muitas inovações tecnológicas. A partir dos anos 1970, o toyotismo passou a ser o novo padrão do sistema produtivo ao invés do fordismo e taylorismo, que vigoravam desde o início do século XX. A partir da década de 1990, o neoliberalismo passa a ser dominante juntamente com o processo de financeirização da economia mundial. Essas mudanças impactaram o mundo do trabalho, pressionando os Estados nacionais para flexibilizar a legislação trabalhista.

Em parte dos países periféricos e dos centrais estão ocorrendo profundas mudanças demográficas, com queda nas taxas de natalidade e de mortalidade e aumento da expectativa de vida, que provocam o envelhecimento da população e, conseqüentemente, mudanças no padrão de consumo das famílias e na composição da força de trabalho. Esses fatores demonstram a necessidade de políticas públicas específicas para o novo perfil populacional e da força de trabalho.

A crescente busca dos empresários pelo aumento da rentabilidade do capital e a competitividade entre as empresas e os países têm ocasionado a redução de custo do trabalho, fazendo com que a informalidade, a precarização do trabalho e a desigualdade passem a ser regra no mercado de trabalho da maioria dos países. Têm havido também um crescimento expressivo de trabalhadores por aplicativos, um incentivo à ideologia empreendedora e um enfraquecimento da representação sindical, que reduzem o poder de barganha dos sindicatos dos trabalhadores.

Os empregadores e gestores de pessoal discriminam os trabalhadores em função do sexo ou gênero, raça ou cor, idade, grau de instrução, entre outros. Neste sentido, avaliar a participação dos informais e sua composição no mercado de trabalho do Brasil assume uma grande importância na medida que, em 2023, havia no Brasil 41 milhões de trabalhadores na informalidade (IBGE, 2024), que não contribuíam para a previdência social e que não tinham os direitos trabalhistas garantidos aos celetistas, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário etc. O mercado de trabalho brasileiro, no período 2012-2023, também foi impactado pela evolução do ciclo econômico, com alternância de fases de desaceleração e de crescimento econômico, pelas políticas fiscal, monetária, cambial e de rendas, além da ocorrência da pandemia de Covid-19 e da reforma trabalhista de 2017.

O principal objetivo do trabalho foi caracterizar o trabalho informal no Brasil durante o período 2012-2023 a partir dos quesitos sexo ou gênero, raça ou cor, grupos de idade, grau de instrução, grupo de atividade econômica e posição na ocupação.

O artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, procurou-se fazer uma revisão bibliográfica do mercado de trabalho. Na terceira, abordou-se os materiais e métodos empregados. Na quarta, fez-se o levantamento empírico e a análise dos dados do mercado de trabalho, constantes na publicação Síntese de Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período 2012-2023. Na quinta e última, teceram-se as conclusões.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em “O privilégio da Servidão”, Antunes (2020) ressalta que, nos anos 1970, ocorreu uma crise no padrão de acumulação capitalista, então baseado no taylorismo e fordismo, provocando uma mudança na divisão internacional do trabalho, que redirecionou uma série de atividades produtivas dos países desenvolvidos para os países periféricos.

Nos anos 1990, o capitalismo entra na sua fase neoliberal gerando uma reestruturação produtiva com a introdução de novos padrões tecnológicos. Essa reestruturação foi comandada pelo capital financeiro, que passou a ser hegemônico desde então, e que determinou uma elevação no patamar da taxa de rentabilidade esperada do capital dos demais setores (agropecuária, indústria e serviços). São implementadas novas técnicas de produção baseadas no toyotismo como o programa de qualidade total, *kanban*, *just in time*, remunerações baseadas na produtividade, gestão de metas etc. O objetivo da reestruturação era aumentar a lucratividade do sistema por meio da extensão das jornadas de trabalho, redução dos empregos formais e dos salários reais. Para aumentar a

rentabilidade do capital faziam-se necessárias a flexibilização produtiva, a desregulamentação dos mercados, principalmente do trabalho, do comércio exterior e de capitais, e novas formas de gestão. Em termos setoriais, houve uma redução da participação da agropecuária e da indústria em relação ao PIB e um aumento do setor serviços, que impactaram a composição da força de trabalho (Antunes, 2020).

O mercado de trabalho foi duramente impactado com a reestruturação produtiva. No mundo e no Brasil, aumentaram significativamente a informalidade e a precarização do trabalho e das condições de vida. O trabalhador informal, comparativamente ao formal e efetivo, apresenta-se mais expostos aos riscos, tendo uma incidência maior de acidentes de trabalho, inclusive em relação aos óbitos, e de adoecimento em função da carga de trabalho elevada. Na busca do aumento da rentabilidade do capital, a terceirização passou a ser uma estratégia patronal, provocando um aumento, proporcionalmente, maior do número de trabalhadores terceirizados comparativamente aos efetivos. O trabalhador terceirizado, comparado ao trabalhador efetivo, sempre está em desvantagem, pois tem rendimentos menores, jornadas de trabalho maiores e menos benefícios (Antunes, 2020):

Os trabalhadores terceirizados, além de ganhar menos, trabalhar mais, ter mais instabilidade e menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam. Tais vulnerabilidade de saúde e maior exposição aos riscos decorrem exatamente dessa condição mais precária de trabalho (Antunes, 2020, p. 163).

A reestruturação produtiva provocou o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos trabalhistas, favorecendo uma redução dos custos do trabalho, por meio da burla aos direitos dos trabalhadores, e da quebra dos laços de solidariedade entre os trabalhadores efetivos e os terceirizados. Ocorre também o ocultamento do trabalho assalariado por meio da expansão da “pejotização”, do cooperativismo e do trabalho voluntário (Antunes, 2020).

Tavares (2021) entende que a liberalização da Economia e a flexibilização do mercado de trabalho possibilitaram a expansão da terceirização, surgindo empresas especializadas na venda da força de trabalho, tanto para outras empresas privadas como para o setor público. Estas empresas buscam aumentar a sua rentabilidade por meio da redução dos salários e dos direitos trabalhistas. Assim, para a autora, a terceirização incentiva a informalidade.

Atualmente no Brasil, muitas empresas, ao invés de contratar o trabalhador diretamente, exigem que ele passe a ser um prestador de serviço por meio da abertura de uma pessoa jurídica (PJ). Assim a “pejotização” também é uma forma de evitar o pagamento dos direitos trabalhistas, aumentar o lucro das empresas contratante e contratada e de mascarar a relação de assalariamento (Tavares, 2021).

Desde o final dos anos 1990, houve, no Brasil e no mundo, o incentivo à prática do empreendedorismo. Na medida em que o empreendedor não estaria subordinado a um patrão, ele teria mais autonomia, independência e liberdade. Tavares (2021) procura desmistificar essa visão, na medida que o capital se apropria do tempo de trabalho do pequeno empreendedor, fazendo com que ele assuma muitas responsabilidades e metas e, para cumpri-las, o empreendedor tem que ter uma jornada de trabalho extensa. O trabalho do empreendedor acaba sendo um trabalho precarizado e sem proteção social, com baixas renda e produtividade, fazendo uso, muitas vezes, do trabalho domiciliar, com escala de produção reduzida e o emprego de tecnologia rudimentar. Portanto, para a autora, ao invés da autonomia do trabalhador, tem-se, na verdade, sua escravização e a subordinação do trabalho à produção capitalista das grandes empresas. Neste sentido, a informalidade passou a ser essencial no processo de produção capitalista.

Para viabilizar o processo de precarização do trabalho e o aumento da informalidade, que aumentam a rentabilidade do capital, faz-se necessário que o Estado crie um arcabouço jurídico, que vise tornar legal a prática do desrespeito às normas que regem o mercado de trabalho formal (Tavares, 2021).

### 3 METODOLOGIA

O artigo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, com a elaboração de uma série histórica com os dados da distribuição dos trabalhadores informais para o período 2012-2023, visando fazer uma análise descritiva dos dados e um estudo comparativo.

A principal fonte de dados foi a publicação Síntese de Indicadores Sociais 2024, do IBGE, que consolida os dados anuais da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua.

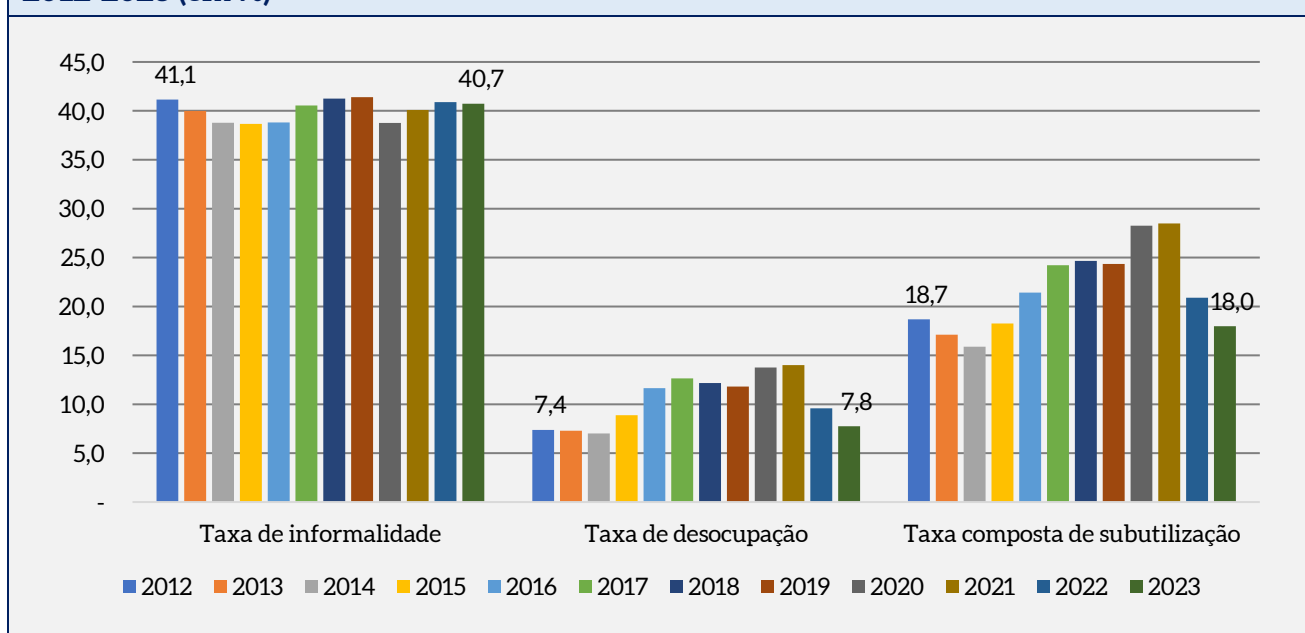
A PNAD Contínua considera como força de trabalho a população com 14 ou mais anos de idade e que estejam trabalhando ou a procura de trabalho na semana de referência da pesquisa. Na publicação utilizada, o IBGE não apresenta resultados para os ocupados de cor ou raça amarela, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça. São considerados como trabalhadores informais o empregado sem carteira de trabalho assinada; o trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; o militar, o funcionário público, o conta própria e o empregador que não contribuíam para a previdência social.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O período 2012-2023 foi marcado por grande instabilidade política e econômica. O triênio 2012-2014 marcou a desaceleração de um processo de crescimento econômico, que se iniciou mais acentuadamente no ano de 2004. O biênio 2015-2016 representou um período de grave crise econômica, política e institucional, que culminou com o impeachment da presidente Dilma Rousseff. No triênio 2017-2019, houve uma tímida recuperação econômica e a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. O período 2020-2021 foi quando ocorreu a maior crise sanitária do mundo, e do país em particular, com a pandemia de Covid-19. E, finalmente, o biênio 2022-2023 representou o início de uma nova fase de recuperação econômica. Esses movimentos cíclicos da economia afetaram o desempenho do mercado de trabalho em relação ao nível de ocupação, rendimentos, rotatividade, informalidade e subutilização da força de trabalho etc.

No período 2012-2014, houve um círculo virtuoso no mercado de trabalho do Brasil com aumento de 7,1% nos rendimentos reais do trabalho (IBGE, 2024) e queda nas taxas de desemprego, de subutilização e de informalidade da força de trabalho, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Taxas de informalidade, desocupação e subutilização da força de trabalho, 2012-2023 (em %)**

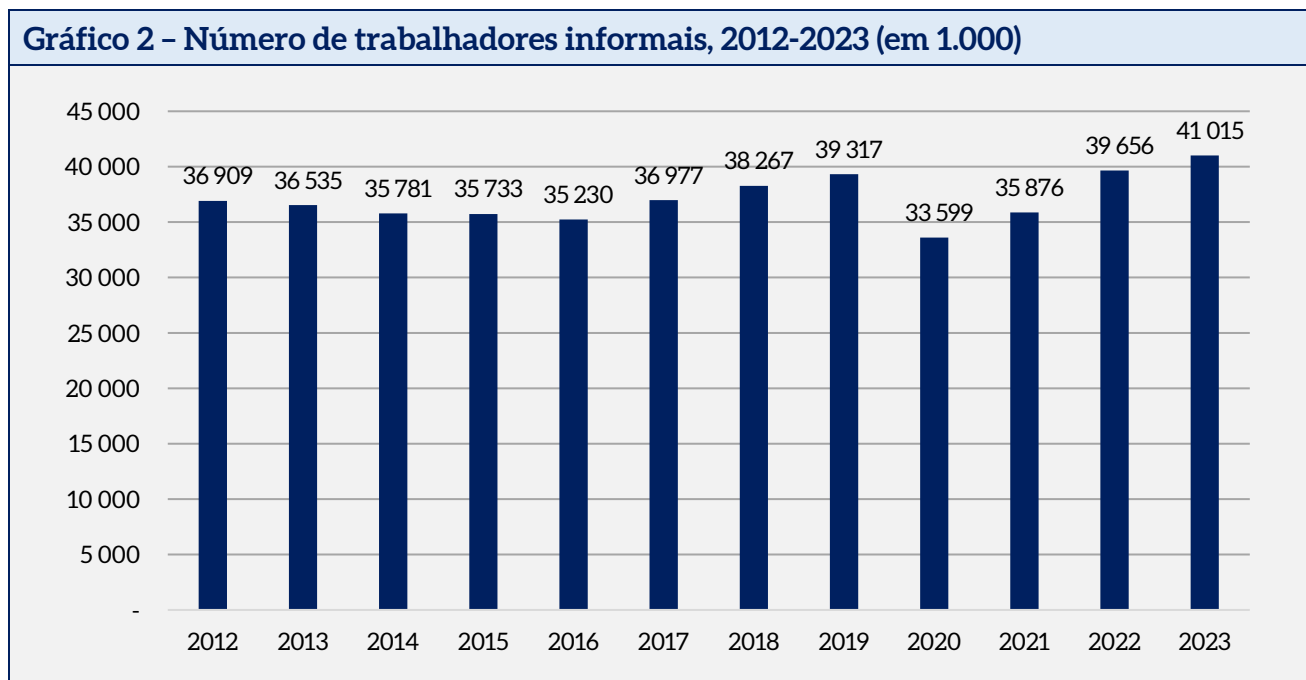


Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em IBGE (2024).

No biênio 2015-2016, ocorre uma forte deterioração no mercado de trabalho. Os rendimentos reais diminuíram 3,6% (IBGE, 2024) e as taxas de desemprego e de subutilização que foram de 7,0% e 15,9% em 2014 tiveram um expressivo aumento, alcançando 11,7% e 21,4% em 2016, respectivamente. No período 2017-2019, ocorreu uma breve recuperação no nível de emprego e estabilidade nos rendimentos, entretanto aumentou a taxa de subutilização e a taxa de desemprego se manteve elevada. No período 2020-2021, a Covid-19, além de provocar centenas de milhares de mortes, acarretou um significativo aumento nas taxas de desemprego e de subutilização, que atingiram o ápice da série histórica em 2021 com 14% e 28,5%, respectivamente.

Entre os anos de 2014 e 2021 o mercado de trabalho do Brasil vivenciou uma crise severa. A taxa de desemprego dobrou, passou de 7% para 14%, a taxa de subutilização da força de trabalho aumentou de 15,9% para 28,5%, a taxa de informalidade subiu de 38,8% para 40,1%, e o rendimento real dos ocupados diminuiu de R\$ 2.910 para 2.758 (-5,2%), respectivamente. Já entre 2021 e 2023, houve uma melhora no mercado de trabalho com queda nas taxas de desemprego e de subutilização e aumento no rendimento real, mas insuficiente para que os indicadores citados retornassem ao patamar do ano de 2014. Assim as taxas de desemprego, de subutilização e de informalidade em 2023 eram maiores que as do ano de 2014 e o rendimento real, um pouco menor.

No Gráfico 2, traz-se os dados sobre o número de trabalhadores informais no Brasil no período 2012-2023. Entre 2012 e 2014, em função do crescimento econômico, o número de informais diminuiu 3,1%, passou de 36,9 milhões para 35,8 milhões. Entre 2014 e 2016, o número de informais continuou diminuindo (-1,5%), entretanto isto se deveu não ao crescimento econômico e sim à profunda crise econômica ocorrida no período. Entre 2016 e 2019, com a retomada da economia, o total de informais aumentou 11,6%. Em 2020, com a pandemia de Covid-19, o país apresentou uma redução expressiva de 5,7 milhões de ocupações informais, que correspondeu a uma redução de 14,5%, em relação ao ano anterior. A partir de 2021, o número de informais aumentou, atingindo em 2023 o pico da série histórica com 41 milhões, o que correspondeu a uma taxa de informalidade de 40,7% da força de trabalho (Gráfico 1).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em IBGE (2024).

A reforma trabalhista foi aprovada em 2017, durante o governo Temer. Segundo Cerqueira (2021), as principais mudanças foram a regulamentação do trabalho intermitente, a restrição do acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho e a prevalência do “negociado” sobre o legislado. Assim, o trabalhador, com o contrato intermitente, deixa de ter um salário fixo mensal e passa a receber

apenas pelas horas trabalhadas, além da possibilidade de ter que pagar as custas processuais e os honorários advocatícios da parte vencedora da ação, podendo ainda ser multado e obrigado a indenizar o empregador. No fundo, o objetivo da reforma era reduzir o custo da força de trabalho e flexibilizar os contratos trabalhistas. Ainda de acordo com Cerqueira (2021), a reforma trabalhista teve como consequências o aumento da informalidade e da subutilização da força de trabalho, refletindo o processo crescente de precarização do trabalho no país.

Na Tabela 1, mostra-se a distribuição dos trabalhadores informais por sexo/gênero, cor/raça e a combinação de sexo/gênero com cor/raça. Em relação ao gênero e em média para a série histórica 2012-2023, a maior parte dos informais era composta por homens (57,4%).

**Tabela 1 – Brasil: Distribuição do trabalho informal por sexo e cor ou raça, 2012-2023 (em %)**

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Sexo</b>												
Homem	57,0	57,2	57,4	57,2	57,6	57,4	56,8	56,9	58,5	59,0	57,2	56,6
Mulher	43,0	42,8	42,6	42,8	42,4	42,6	43,2	43,1	41,5	41,0	42,8	43,4
<b>Cor ou raça</b>												
Branca	40,5	39,5	38,6	37,7	37,4	37,6	37,3	36,7	37,3	36,8	37,0	37,0
Preta	8,4	8,4	8,6	9,0	9,5	10,1	10,7	11,2	10,1	10,8	11,7	12,6
Parda	50,4	51,4	52,2	52,5	52,3	51,3	50,9	51,0	51,6	51,4	50,3	49,2
Preta ou parda	58,8	59,8	60,7	61,6	61,7	61,4	61,6	62,1	61,7	62,2	62,0	61,7
<b>Sexo e cor ou raça</b>												
Homens brancos	22,2	21,7	20,9	20,5	20,6	20,9	20,5	20,1	20,9	20,8	20,0	20,1
Homens pretos ou pardos	34,5	35,2	36,1	36,3	36,5	36,0	35,7	36,1	37,0	37,6	36,6	35,8
Mulheres brancas	18,4	17,9	17,7	17,2	16,8	16,7	16,8	16,6	16,4	16,0	16,9	16,8
Mulheres pretas ou pardas	24,3	24,6	24,6	25,3	25,2	25,4	25,9	26,0	24,7	24,5	25,4	25,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em IBGE (2024).

Nota: Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Em relação a cor/raça e em média para o período 2012-2023, do total dos informais, os trabalhadores pretos ou pardos representaram 61,5% e os brancos, 37,5%. Já do total dos trabalhadores formais, os brancos tinham participação de 51,2% contra 47,8% dos pretos e pardos (IBGE, 2024). A maior participação dos pretos e pardos no total do trabalho informal e a maior participação dos brancos no trabalho formal demonstram a existência do racismo estrutural contra os pretos e pardos no mercado de trabalho do país, fruto de um processo histórico de marginalização das majorias, dos pobres e vulneráveis, que ocupam os trabalhos mais precários.

Para a série histórica 2012-2023, os homens pretos ou pardos representaram em média 36,3% do total dos informais e apenas 28,7% do total dos formais. Para as mulheres pretas ou pardas os valores foram 25,2% e 19,2%; para os homens brancos, 20,6% e 28,7%; e para as mulheres brancas, 16,9% e 22,5%, respectivamente. Portanto, as mulheres pretas e pardas e os homens pretos e pardos tiveram maior participação nos trabalhos informais. Por outro lado, a maior participação das mulheres brancas e dos homens brancos ocorreu nos trabalhos formais, que apresentam rendimentos maiores e melhores condições de trabalho.

Em relação às tendências no período da série histórica 2012-2023, constatou-se que a participação das mulheres no total dos informais tendeu a aumentar, especialmente nos períodos de retomada da economia (2017-2019 e 2021-2023). Em relação a cor/raça, houve uma tendência, entre 2012 e 2023, de aumento significativo de 4,2 pontos percentuais (p.p.) de participação dos pretos, que passou de 8,4% para 12,6%, respectivamente, e de diminuição da participação dos brancos, de 40,5% para 37,0% (-3,5 p.p.), e dos pardos, de 50,4% para 49,2% (-1,2 p.p.), respectivamente. Quando se analisa a participação conjunta dos pretos e pardos no total dos informais entre 2012 e 2023, verificou-se um aumento de 58,8% para 61,7% (+2,9 p.p.), respectivamente, mas esse resultado decorreu do aumento da participação dos pretos (+4,2 p.p.) que superou a queda na participação dos pardos (-1,2 p.p.). Tanto no segmento formal quanto no informal, as mulheres ocupadas apresentam historicamente rendimentos inferiores aos dos homens e os pretos e pardos, menores que os dos brancos (IBGE, 2024), o aumento da participação das mulheres e dos pretos e pardos no total dos trabalhadores informais tendeu a reduzir o custo médio do trabalho para os empresários, possibilitando um aumento da rentabilidade do capital.

Combinando-se cor/raça com gênero, constatou-se, por um lado, que entre 2012 e 2023, aumentou a participação dos homens pretos ou pardos (de 35,2% para 35,8%) e das mulheres pretas ou pardas (de 24,6% para 25,9%) no total dos informais. Por outro lado, diminuiu a participação dos homens brancos (21,7% para 20,1%) e das mulheres brancas (de 17,9% para 16,8%).

Leone (2025) apontou em seu estudo que houve no Brasil, nas últimas décadas, mudanças demográficas importantes, que afetam a distribuição da força de trabalho. A autora constatou, por um lado, a diminuição nas taxas de natalidade, mortalidade em geral e infantil, fecundidade, crescimento populacional e de dependência demográfica. Por outro lado, aumentou a esperança de vida ao nascer. Essas mudanças trouxeram como consequência o envelhecimento da população brasileira e provocou impactos no sistema de saúde e de previdência social. Entretanto, a qualidade do envelhecimento é diferenciada de acordo com o nível socioeconômico do(a) idoso(a), fazendo com que os mais instruídos e de maior renda tenham um envelhecimento mais ativo, com maior participação no mercado de trabalho. Já os de menor renda e escolaridade tinham menor inserção no mercado de trabalho e apresentaram, em geral, maiores problemas de saúde e dificuldade no acesso aos cuidados e ao sistema de saúde.

Na Tabela 2, mostra-se a distribuição do trabalho informal de acordo com os grupos de idade e nível de instrução. Em relação à faixa etária, constata-se, no período estudado, que houve uma substancial mudança na distribuição do perfil dos ocupados informais, com redução da participação das pessoas mais jovens e aumento das pessoas mais idosas. Por um lado, entre 2012 e 2023, a participação para a faixa dos 14 a 29 anos no total dos informais passou de 34,2% para 29,5%, demonstrando uma queda expressiva de 4,7 p.p. Por outro lado, aumentou a participação dos informais entre 30 e 49 anos (de 43,5% para 44,5%), de 50 a 59 anos (de 14% para 15,5%) e de mais de 60 anos (de 8,3% para 10,6%). Para os de 30 e 49 anos, de 50 a 59 anos, e mais de 60 anos as variações entre os anos de 2012 e 2023 foram, respectivamente, de +1,0, +1,5 e +2,2 p.p. Portanto, a variação na participação dos informais foi tanto maior, quanto maior a faixa etária.

**Tabela 2 - Brasil: Distribuição do trabalho informal por grupos de idade e nível de instrução, 2012-2023 (em %)**

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Grupos de idade</b>												
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
14 a 29 anos	34,2	33,5	33,0	32,6	31,2	31,4	31,0	30,7	29,4	29,9	30,6	29,5
14 a 17 anos	6,1	5,7	5,4	5,0	3,8	3,7	3,4	3,1	2,6	2,5	2,9	2,9
18 a 24 anos	16,2	15,9	15,9	15,8	15,3	15,8	15,5	15,7	14,7	15,0	15,3	14,6
25 a 29 anos	11,9	11,9	11,7	11,8	12,1	11,9	12,2	11,9	12,2	12,4	12,4	12,0
30 a 49 anos	43,5	43,6	44,1	43,8	45,4	45,1	44,4	44,5	45,7	45,3	44,7	44,5
50 a 59 anos	14,0	14,5	14,4	14,6	14,6	14,6	15,0	15,1	15,4	15,6	15,2	15,5
60 anos ou mais	8,3	8,4	8,6	9,0	8,9	9,0	9,5	9,8	9,6	9,2	9,5	10,6
<b>Nível de instrução</b>												
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Sem instrução ou fund. incompleto	48,8	48,0	46,3	44,5	42,8	40,5	38,1	36,6	33,6	32,5	31,6	30,7
Ensino fund. comp. ou médio incompleto	19,9	19,9	20,1	20,0	19,2	19,1	18,6	18,7	17,6	18,6	18,5	18,0
Ensino méd. comp. ou sup. incompleto	25,2	25,8	26,8	28,1	29,6	31,6	32,7	34,2	36,5	36,5	37,3	37,7
Ensino superior completo	6,1	6,3	6,8	7,4	8,4	8,9	10,5	10,5	12,3	12,4	12,6	13,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em IBGE (2024).

Em relação ao nível de instrução, houve, para a série histórica, mudanças significativas, com redução da participação dos trabalhadores informais menos escolarizados e aumento dos mais escolarizados (Tabela 2). Entre 2012 e 2023, a participação dos informais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto no total dos informais diminuiu de 48,8% para 30,7% (-18,1 p.p.), para os com ensino médio completo ou superior incompleto aumentou de 25,2% para 37,7% (+12,5 p.p.) e para os com ensino superior completo, de 6,1% para 13,6% (+7,4 p.p.), respectivamente.

Na Tabela 3, apresenta-se a evolução da participação dos trabalhadores informais por grupo de atividade econômica em relação ao total. Para a série histórica avaliada, nota-se uma perda de participação dos informais nos setores primário e secundário e aumento no terciário. Entre 2012 e 2023, perderam participação em relação ao total dos informais os segmentos agropecuária (-7,2 p.p.), comércio e reparação (-1,2 p.p.), indústria (-1,1 p.p.) e construção civil (-0,9 p.p.) (Tabela 3). Por outro lado, ganharam participação os segmentos de administração pública, educação e serviços sociais (+3,1 p.p.); informação, financeira e outras atividades profissionais (+2,4 p.p.); alojamento e alimentação (+2,1 p.p.); transportes, armazenamento e correios e outros serviços (+1,7 p.p.). A agropecuária, que era o segmento com maior participação de trabalhadores informais no quinquênio 2012-2016, perdeu esse posto, a partir do ano de 2017, para o de comércio e reparação.

**Tabela 3 – Distribuição dos trabalhadores informais, por grupo de atividade econômica, 2012-2023 (em %)**

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Grupo de atividade econômica</b>												
Agropecuária	20,3	20,4	19,3	18,5	17,7	15,8	14,8	14,6	15,5	16,2	14,5	13,1
Indústria	8,9	8,8	8,8	8,8	8,1	9,0	8,8	8,8	8,2	8,4	7,9	7,8
Construção	12,1	12,5	12,8	12,8	12,8	12,1	11,5	11,4	11,8	12,4	11,5	11,2
Comércio e reparação	18,0	17,7	17,8	17,8	17,7	17,9	17,8	17,3	17,7	17,1	17,3	16,8
Adm. púb., ed., saúde e serv. soc.	8,3	8,2	8,7	9,0	8,9	8,9	9,4	9,4	9,9	9,1	10,3	11,4
Transporte, armaz. e correio	4,0	3,7	4,0	4,0	4,2	4,4	4,8	5,0	5,6	5,3	5,6	5,7
Alojamento e alimentação	4,9	5,3	5,3	5,5	6,0	7,2	7,4	7,8	6,9	6,8	7,2	7,0
Infor., fin. e outras ativ. prof.	5,4	5,4	5,6	5,6	5,4	6,0	6,4	6,7	6,7	7,2	7,0	7,8
Serviços domésticos	11,5	11,5	11,2	11,4	11,8	11,5	11,5	11,3	10,4	10,7	10,8	11,3
Outros serviços	6,6	6,5	6,5	6,6	7,2	7,0	7,7	7,7	7,4	6,9	7,9	7,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em IBGE (2024).

Principalmente, a partir da pandemia de Covid-19, aumentou muito o número de trabalhadores em plataformas digitais, ligados ao transporte de mercadorias e pessoas, o que deve ter contribuído para o aumento da participação dos trabalhadores informais no segmento de transportes, armazenamento e correios e outros serviços. Muitos trabalhadores justificam a opção por este tipo de serviço devido à flexibilidade de horário, por não terem um “patrão” e por se considerarem um empreendedor. Mas, em geral e na prática, devido às baixas remunerações, eles têm jornadas de trabalho excessivas, têm que arcar com os custos e riscos de manterem um automóvel, motos, bicicletas para fazer o transporte, não possuem os direitos trabalhistas que os celetistas têm e não contribuem para a previdência social. Portanto, o trabalho por plataformas digitais acaba sendo um trabalho precário, instável e inseguro (Amaral *et al.*, 2023; Carvalho, 2021).

Na Tabela 4, apresenta-se a distribuição dos informais segundo a posição na ocupação. A maior parte dos informais é constituída pelos trabalhadores conta própria não contribuintes para a previdência social, seguidos pelos empregados assalariados sem carteira assinada, trabalhadores domésticos, trabalhadores familiares auxiliares e, por fim, os empregadores, todos não contribuintes (Tabela 4). Entre 2012 e 2023, aumentou a participação dos empregados de 36,6% para 40,3% (+3,8 p.p.) e dos conta própria de 41,7% para 42,1% (+0,4 p.p.) em relação ao total dos informais. A somatória dos conta própria e dos empregados representaram, em 2012, 78,2% e, em 2023, 82,4% do total dos informais. Entre 2012 e 2023, em relação ao total dos informais, houve uma redução da participação do trabalhador auxiliar, que passou de 7,4% para 3,5% (-3,9 p.p.), respectivamente, e do trabalhador doméstico (-0,3 p.p.).

**Tabela 4 - Distribuição do trabalho informal segundo posição na ocupação, 2012-2023 (em %)**

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Empregado sem carteira	36,6	36,5	36,6	35,7	36,4	36,7	37,4	37,6	36,5	36,2	38,8	40,3
Trab. doméstico sem carteira	11,5	11,5	11,2	11,4	11,6	11,4	11,4	11,1	10,2	10,5	10,7	11,2
Conta própria não contribuinte	41,7	41,9	42,4	43,5	43,2	43,0	42,2	43,0	44,5	45,2	43,2	42,1
Empregador não contribuinte	2,9	2,8	2,6	2,6	2,7	3,0	3,4	3,1	3,2	2,7	2,9	2,9
Trabalhador familiar auxiliar	7,4	7,3	7,2	6,9	6,1	5,9	5,5	5,2	5,6	5,4	4,3	3,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em IBGE (2024).

Trovão e Deddeca (2024), estudando o mercado de trabalho no período 2012-2019, também constataram o aumento da heterogeneidade, da informalidade e da desproteção social por conta do aumento da participação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores conta própria não contribuintes. Os autores concluíram que a década de 2010 foi uma década perdida devido ao baixo crescimento econômico e a desestruturação do mercado de trabalho verificado no período.

## 5 CONCLUSÕES

Ao longo do período 2012-2023, o mercado de trabalho no Brasil alternou-se fases de crescimento e de crise econômica. No triênio 2012-2014, o mercado de trabalho melhorou, os rendimentos aumentaram e diminuíram as taxas de desemprego, de subutilização e de informalidade. No biênio 2015-2016, o país atravessou um período de grande instabilidade econômica e política, que contribuiu para a piora do mercado de trabalho. No triênio 2017-2019, embora o emprego tenha aumentado, a taxa de desemprego manteve-se bastante elevada. Em 2020 e 2021, o país como um todo, e o mercado de trabalho em particular, sofreu muito com a pandemia de Covid-19. No biênio 2022-2023, aparentemente, começou uma recuperação econômica com reflexos positivos no mercado de trabalho. Entre 2012 e 2023, o número de trabalhadores informais aumentou, embora a taxa de informalidade tenha tido uma pequena queda e a de desemprego, um aumento.

Para a série histórica 2012-2023, e em relação ao gênero, a maior parte dos informais era constituída por homens. Em relação à raça ou cor, a maioria era de pretos ou pardos. Combinando-se gênero com raça/cor, a maioria, ou seja cerca de 2/3, era composta de homens e mulheres pretas ou pardas, o que reflete a existência de discriminação e do racismo estrutural no mercado de trabalho brasileiro.

No período 2012-2023, em relação ao total dos informais, houve uma tendência de aumento da participação feminina e dos trabalhadores de cor ou raça preta, que têm, historicamente, rendimentos menores. Já a parcela dos homens, dos brancos e dos pardos, que apresentam maiores rendimentos, diminuiu. Houve o crescimento da participação dos homens pretos ou pardos e das mulheres pretas ou pardas no total dos informais e decréscimo da dos homens brancos e das mulheres brancas. Em relação à faixa etária, diminui a participação dos mais jovens, entre 14 e 29 anos, e aumentou a dos trabalhadores com mais idosos (acima de 30 anos) no total dos informais.

Em relação ao grau de instrução, constatou-se, para a série histórica 2012-2023, a diminuição da parcela dos informais com baixa escolaridade e elevação da participação dos mais escolarizados. No quesito atividade econômica, houve uma tendência de redução da participação dos informais nos setores agropecuária e indústria e de aumento da participação das atividades de prestação de serviços.

Em relação à posição na ocupação, ocorreu um declínio da participação do trabalhador auxiliar e do trabalhador doméstico e a ampliação da participação do empregado e de conta própria.

A informalidade prejudica o trabalhador, por não prover acesso aos benefícios previdenciários e aos direitos trabalhistas, e o Estado, por ter uma arrecadação menor, afetando o financiamento da seguridade social e das políticas públicas em geral. Faz-se necessária uma política pública visando reduzir a informalidade e as desigualdades no mercado de trabalho, principalmente, nas regiões mais pobres.

Visando aprofundar algumas questões, sugerem-se novos estudos que procurem identificar se o aumento da participação no mercado de trabalho informal dos trabalhadores de cor preta e a diminuição dos de cor parda decorrem de mudanças efetivas no perfil da população e da força de trabalho em relação a cor ou raça ou se decorrem de uma postura maior por parte dos entrevistados de raça parda em se assumir com a raça preta. Seria importante também a elaboração de estudos que procurassem comparar a evolução dos dados dos informais com os dos trabalhadores formais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. B.; FERREIRA, E. M. S.; DA SILVA, E. M. S.; SCRIVINER NETO, J. S.; GARCEZ, R. M. Plataformização, desigualdade e precarização do trabalho: perspectivas das políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Foco**, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2023.

Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/articloe/view/741/591>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CARVALHO, M. C. Mercado de trabalho no Brasil: particularidades da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 236-255, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32142/22944>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CERQUEIRA, E. S. A. A legalização da barbárie: a Reforma Trabalhista e as novas relações de trabalho no Brasil. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. v. 7, p. 1-22, 2021. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/13289/9527>.

Acesso em: 15 fev. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. Tabelas - 2024. Estrutura econômica e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LEONE, E. **Envelhecimento populacional e força de trabalho no Brasil: diferenças segundo o nível socioeconômico**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, nov. 2025. (Texto para discussão 489). Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD489.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2025.

TAVARES, M. A. **Informalidade e precarização do trabalho: a nova trama da produção capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

TROVÃO, C. J. B. M.; DEDECCA, C. S. Os anos 2010 no Brasil: uma década perdida nas dimensões produção, produtividade e trabalho. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 1, p. 123-147, jan./abr. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8675971/33626>. Acesso em: 9 dez. 2025.

## Sobre o autor

**João de Souza Gonçalves**    
[jszgoncalves@gmail.com](mailto:jszgoncalves@gmail.com)

Graduação em Ciências Econômicas (PUC-SP); Mestrado em Administração Pública (EAESP-FGV);  
Professor na Faculdade Unida de São Paulo (FAUSP).